

Tales Faria

Governo se pergunta: “Hugo já se importa?”

A reconciliação entre o governo e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Repúblicanos-PB), avançou com um jantar ocorrido nesta terça-feira. O encontro, em tom cordial, juntou Motta e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que se andavam se estranhando desde que a Câmara derrubou o decreto do governo que aumentou alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras).

Motta colocou o projeto em votação na semana passada, rompendo acordo com o governo de só votar o texto mais tarde. Sgundo Haddad, depois o presidente da Câmara passou a não atender suas chamadas para discutir os motivos daquilo que foi interpretado pelo governo como uma traição, uma verdadeira declaração de guerra.

Participaram do jantar o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e os ministros Fernando Haddad (Fazenda), Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais), e Jorge Messias (AGU), assim como alguns líderes partidários.

O líder do governo no Congresso, Ran-

dolfê Rodrigues (PT-AP), classificou a reunião como “um bom início de conversa”, que serviu para a retomada do diálogo. Mas que nada ficou acertado. A mesma opinião foi expressa por Hugo Motta e por Gleisi Hoffman. A ministra, no entanto, fez questão de deixar claro que o governo não pensa em voltar atrás no decreto do IOF.

O governo recorreu ao Supremo Tribunal Federal e o ministro Alexandre de Moraes suspendeu todos os decretos, do Executivo e do Legislativo, que majoraram e diminuíram as alíquotas do imposto. Moraes convocou uma audiência de conciliação para o próximo dia 15.

A expectativa é de que, até lá, governo e Congresso consigam negociar uma fórmula para cobrir os R\$ 20,5 bilhões de aumento de arrecadação que eram previstos com as novas alíquotas. Na verdade, o governo ainda não sabe qual a disposição real de Hugo Motta. Ele está disposto a uma reconciliação efetiva, mesmo depois que o partido do presidente, o PT, reagiu à derrubada do IOF

incentivando fortes críticas ao Congresso e, principalmente, ao comandante da Câmara?

A internet foi invadida por declarações de que há uma verdadeira guerra dos ricos contra os pobres. Posts agressivos e em tom de galhofa diziam que Motta resolveu colocar a derrubada do IOF em votação depois de participar de jantares “com milionários”.

Viralizaram memes em que um parlamentar de nome “Hugo nem se importa” fazia pouco caso dos eleitores e esbanjava gastos em viagens, bebidas e jantares caros.

Hugo ficou extremamente irritado com os ataques, que repercutiram em sua base eleitoral na Paraíba. Mas fugiu da briga. Ele passou a tentar colocar panos quentes na confusão e chegou a dizer que aceitaria até mesmo cortes nas emendas parlamentares.

A dúvida que ficou no governo é se ele manterá o armistício ou voltará a atacar em nova oportunidade. Ou seja, se o “Hugo Nem se Importa” deu lugar ao “Hugo Já se Importa”. Só o tempo dirá.

Fernando Molica

A PF e o mapa da mina das emendas

Os abusos e ilegalidades cometidos nos últimos anos em apurações de corrupção exigem muita cautela na hora de apontar o dedo para suspeitos, mas investigações da Polícia Federal sobre desvios de dinheiro oriundo de emendas parlamentares são uma espécie de mapa da mina.

Trazem evidências que explicam o porquê da obtenção desse tipo de verba ter transformado o Congresso Nacional e, por extensão, a prática política brasileira.

Com todos os seus muitos defeitos, a Lava Jato, pelo menos, revelou a existência de imensos e sofisticados esquemas de roubalheira, operações que incluíam até mesmo a criação, pela Odebrecht, de um departamento destinado à compra e venda de políticos.

A grandiosidade dos mecanismos foi decisiva, porém, para que que acabassem desvendado. Para usar uma imagem comum na época, bastou puxar algumas penas para se chegar a galos responsáveis pela farra.

O desmanche dos esquemas anteriores fortaleceram a ideia de pulverização da safadeza. As pequenas obras públicas recebem menos atenção da nossa precária estrutura de acompanhamento e fiscalização.

É complicado fazer com que o Ministério Público e os tribunais de contas — estes, quase sempre contaminados pelos piores interesses

políticos — deixem de lado iniciativas que envolvem grandes orçamentos e passem a usar a lupa para examinar a construção de um posto de saúde, o asfaltamento de uma rua, a compra e doação de um trator.

Não por acaso, essas obras e compras menores são os grandes focos das emendas parlamentares ao orçamento da União. O caráter paroquial do objeto desses contratos favorece eventuais arranjos com os prestadores de serviços, torna mais vulneráveis os processos de licitação — facilita o estabelecimento do chamado “pedágio”, o valor ilegalmente devolvido por prefeituras e governadores ao parlamentar responsável pela liberação do recurso.

A farra das emendas começou ainda no governo Dilma Rousseff; fragilizada, viu o Legislativo aprovar a obrigatoriedade de pagamento desses apêndices. Também ameaçado, Jair Bolsonaro autorizou a ampliação do mecanismo.

Lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em 2023 estabeleceu critério simplificado para celebração, execução, acompanhamento e prestação de contas de convênios e contratos com valor inferior a R\$ 1,5 milhão.

O esquema é muito fácil de ser entendido. Um prefeito que quer determinada obra não precisa gastar tempo e dinheiro peregrinando por ministérios em Brasília, basta conseguir

que um deputado ou senador se disponha a incluí-la no orçamento da União.

A simplicidade, porém, tem suas desvantagens. De maneira mais ampla, a distribuição de recursos no varejo municipaliza o dinheiro federal, dificulta e até impede obras estruturantes, capazes de beneficiar toda uma região.

O problema maior é a facilidade de desviar dinheiro, algo que permitiu a criação de uma cultura de roubo, uma normalização da safadeza. Trata-se de um esquema, ironicamente, mais democrático, ao alcance de todos os parlamentares (ainda que alguns tenham direito a fatias maiores do bolo).

O tal do pedágio foi incorporado ao custo de muitas obras, assim como as mega empreiteiras, durante décadas, mantinham um fluxo de caixa para abastecer políticos e campanhas eleitorais.

A Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) foi transformada numa grande agência de repasse de recursos originários de emendas parlamentares.

Seria injusto generalizar, afirmar que a grande maioria dessas emendas tem o objetivo de abastecer o bolso de políticos, mas a quantidade de evidências e o peso que essas verbas ganharam no Congresso indicam que há muito a ser apurado.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Taxação BBB (Bilionários, Bets - apostas via redes sociais e Bancos): é o mínimo de justiça social.

1-TAXAÇÃO DE BILIONÁRIOS. Atlas: 58% dos brasileiros são a favor de taxar bilionários, bancos e bets. Raquel Landim. Pesquisa feita pela Atlas, a pedido da coluna, aponta que 58% dos entrevistados são favoráveis e apenas 37% são contra. Os números ajudam a explicar o sucesso da campanha do PT e da esquerda da chamada “taxação BBB” nas redes sociais. (...) (UOL) “Não é taxaço. É o mínimo de justiça social”. (Leonel Radde) - <https://www.facebook.com/reel/766852512679005> - Taxação BBB: acuado por fracassos, governo abandona “união” e retoma “nós contra eles”. Por Rose Amantéa. (...) (Gazeta do Povo) O que é a “Taxação BBB”, que motivou invasão a banco na Faria Lima. A campanha a favor da “Taxação BBB” é endossada pelo governo

federal e liderada, nas redes sociais, por governistas. Por Rafaela Lima. A invasão de manifestantes com faixas e cartazes a sede do Itaú localizada na Avenida Faria Lima, zona oeste de São Paulo, quinta-feira (3/7), está em sintonia com o momento de tensão vivido entre o presidente Lula e o Congresso Nacional nos últimos dias. A campanha a favor da “Taxação BBB” é liderada por governistas como o deputado Guilherme Boulos (PSol), cotado para ocupar a Secretaria-Geral da Presidência do governo Lula. Em resposta ao posicionamento do governo, Hugo Motta (Republicanos), presidente da Câmara dos Deputados, usou as redes para rebater o governo e criticar o “nós contra eles” de Lula. Para Motta, “quem alimenta o nós contra eles acaba governando contra

todos.” (...) (Metrópoles)

2-CRIAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. Câmara dos Deputados aprova criação de 160 cargos no STF – Impacto das vagas comissionadas é de cerca de R\$ 7,8 milhões neste ano e incentivo à indústria deve custar R\$ 5 bilhões aos cofres públicos por ano; pagode comemorou a votação. Por Pedro Augusto Figueiredo, Pepita Ortega (Broadcast) e Giordanna Neves (Broadcast) (...) (O Estado de S. Paulo)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

Será que o caso ‘Suas Negas’ dará o recado?

Estamos prestes a mais um julgamento dentro de uma Câmara Municipal sobre um possível caso racista, envolvendo a fala de um parlamentar da Casa de Leis. É isso mesmo, como noticiamos há alguns meses, o município de São Roque, no interior paulista, está sendo palco de mais um inaceitável e triste caso com possível fala racista vindo de um representante do povo.

Estamos no ano de 2025, ano em que a tecnologia e suas vertentes estão no auge e com elas, a informação é cada vez mais fácil de se obter. Já passou do momento de entendermos que tais falas do passado, como as ‘suas negas’, pronunciadas pelo então vereador, já que atualmente é candidato derrotado a prefeito do município paulista, não têm que ser tratadas como ‘dito popular’ ou algo do cotidiano passado. Não! Ainda mais vindas de uma pessoa eleita pelo povo, que sem nenhum levantamento podemos afirmar que parte desse povo é de cor preta e merece ser respeitada.

São tantas outras frases e termos que hoje em dia são classificados como racistas e preconceituosos que nossos representantes, seja em qual esfera for, precisam estudar para

sim serem dignos dos cargos que almejam, já que mesmo com toda a informação em nossas mãos, há ainda falas como essa pronunciada durante uma ‘discussão acalorada’ que nada tinha a ver com o assunto.

Após veículos grandes noticiaram tal fato, como o Correio da Manhã e o portal g1, o caso agora está chegando ao fim. Já que as testemunhas e o acusado já foram ouvidos pela Comissão que apura a situação e o relator deve, em breve, colocar o texto para votação do plenário. E os vereadores terão a possibilidade ou não de tirar os direitos políticos do cidadão, já que mandato ele não perde por não estar exercendo.

Por fim, será que o caso ‘suas negas’ dará o recado necessário para que nossos parlamentares brasileiros façam o mínimo, que é saber o que falar ou expressar, e cessem com esses inaceitáveis casos com falas que, no passado até poderiam ser aceitas ou tratadas como normais, mas hoje em dia não? Não há justificativa, muito menos contexto, para que sejam pronunciadas. Mesmo que ‘não foi a intenção’ ou que ‘tenho amigos e familiares pretos que não enxergam como racismo’, e por aí vão as desculpas para tentar se blindar de tal responsabilidade.

Música entre ruas

Em 2025, o hip hop nas periferias do Distrito Federal vive um de seus momentos mais potentes e politizados. Muito além de um gênero musical, o movimento consolida-se como um instrumento de transformação social, protagonizado por jovens que fazem da arte sua forma de resistência, expressão e pertencimento. Batalhas de rima, oficinas de graffiti, danças de break e beats produzidos nas quebradas do DF mostram que o hip hop segue sendo um espaço de construção coletiva, denúncia e criação de identidade.

A cena atual é marcada pela ampliação de políticas culturais voltadas para as periferias, com editais públicos, ocupação de centros culturais e reconhecimento do hip hop como patrimônio imaterial do Distrito Federal. Projetos como o “DF Nas Rimas”, o fortalecimento dos slams e a inserção em escolas públicas refletem um avanço na

institucionalização desse movimento que, por décadas, foi marginalizado.

No entanto, a valorização real não se dá apenas pelo apoio institucional. Ela ocorre principalmente dentro das próprias comunidades, onde jovens produtores, MCs, DJs e grafiteiros constroem redes de apoio, circulam conhecimento e fortalecem o senso de coletividade. O hip hop no DF é território de fala, espaço de cura e de denúncia contra o racismo, o desemprego, a violência e o abandono do Estado.

A periferia pulsa cultura e o hip hop é um de seus gritos mais altos. Valorizar esse movimento é reconhecer a potência que existe nas bordas do mapa, onde a arte nasce da urgência e da coragem. Em 2025, mais do que nunca, o DF precisa seguir ouvindo suas rimas, suas batidas e suas cores. Porque onde o hip hop floresce, a resistência também cria raízes.

Opinião do leitor

Gêmeos

Com as devidas proporções, méritos e qualidades, Luiz Henrique, técnico do fabuloso PSG, é o Renato Gaúcho do futebol europeu. Dupla de profissionais que sabe motivar seus jogadores. Ex-jogadores que cativam a alma e o coração dos atletas. Não complicam. Explodem na hora certa. Não desperdiçam adrenalina.

Vicente Limongi Netto
Brasília - Distrito Federal

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: GOVERNO FRANCÊS ESCAPA DE UMA NOVA CRISE POLÍTICA

As principais notícias do Correio da Manhã em 10 de julho de 1930 foram: Governo franês tem derrota de projeto na Câmara, mas

tem vitória de moção de confiança no Senado, por margem mínima de votos. Conflitos entre egípcios e polícia no Caior foram provocados

HÁ 75 ANOS: BRASIL NOS PREPARATIVOS PARA A SUÉCIA

As principais notícias do Correio da Manhã em 10 de julho de 1950 foram: Desfile de Eduardo Gomes em São Paulo mostra a

força da candidatura da UDN à presidência. Brigadeiro pormete visita a Porto Alegre. Luta na Coreia se estende a além, podendo afetar China

por falas do presidente do Partido Nacionalista. Embaixada brasileira oferece jantar ao presidente francês, Doumernege.

e Formosa. Brasil nos preparativos para enfrentar a Suécia na abertura do quadrangular final da Copa do Mundo